

Cidades.

Gazeta Online
ganha blog
de vinho

O blog "Vinhos e mais Vinhos" foi incorporado ao portal Gazeta Online. O objetivo é divulgar e difundir ainda mais a cultura do vinho no Espírito Santo. *Página 5*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

MAIORIDADE PENAL REDUÇÃO É APROVADA PARA CRIME HEDIONDO

Comissão aprovou proposta, que agora será votada na Câmara

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Sob forte pressão de parlamentares contrários, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos nos casos de crimes hediondos – como latrocínio, homicídio, sequestro e estupro. Após uma reunião de quase cinco horas marcada por manobras e muito bate-boca, o placar foi de 21 votos a favor e apenas seis contra a mudança.

Agora, passados 22 anos desde sua apresentação em 1993, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 171) vai à votação dos 513 deputados federais em plenário no próximo dia 30, prazo fixado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), defensor da alteração.

Na outra ponta, já prevendo a derrota de ontem, o governo Dilma Rousseff (PT) trabalha junto com a oposição para acelerar uma

proposta do senador José Serra (PSDB-SP). A estratégia é que o Senado reaja votando antes do dia 30 – e, assim, ganhe precedência de tramitação no Congresso Nacional – uma alternativa que não reduza a idade penal de jovens e adolescentes, mas faça adequações mais rigorosas nas medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Serra, Dilma e o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) querem aumentar dos atuais três anos (punição máxima prevista no ECA) para até oito anos o período de internação de menores que tenham cometido crimes hediondos. Outra intenção é aumentar a pena para adultos que aliciam jovens para crime

Apesar da forte rejeição de partidos como PT, PDT e PCdoB, a PEC relatada pelo deputado Laerte Bessa (PR-DF) passou com apoio e emendas de partidos como PSDB e DEM. Antes



Manifestantes tentaram impedir a chegada dos deputados à sala da reunião

mesmo do acalorado debate e da tentativa de manifestantes de impedir a chegada dos deputados à sala da reunião, Bessa mudou seu pa-

recer inicial para viabilizar a aprovação do texto.

Para isso, o deputado excluiu da redução para 16 anos crimes menos graves.

Seu substitutivo também retirou a previsão de um referendo que seria realizado em 2016 para que a população rejeitasse ou validas-

se a mudança, argumentando que as pesquisas já indicam amplo apoio à medida. Ainda segundo o relatório final, as penas previstas serão cumpridas pelos adolescentes em ambiente separado dos adultos.

A votação ocorreu em reunião fechada ao público, de modo a evitar os empurrões e agressões verbais da semana passada, que desaguou até em intervenção policial contra estudantes e outros manifestantes contrários ao texto de Bessa.

Manifestantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), fizeram apito e gritaram palavras de ordem contra a proposta aprovada. A Polícia Legislativa teve que atuar para evitar confronto entre estudantes e deputados integrantes da Frente Parlamentar da Segurança Pública.

➤➤ CONTINUA Página 4

ENTENDA A PROPOSTA

Crimes hediondos

Após passar em março na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, a PEC aprovada ontem em comissão especial prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos apenas nos casos de crimes hediondos (como estupro e latrocínio), lesão corporal grave e roubo qualificado (sequestro ou participação de dois ou mais criminosos, entre outras circunstâncias).

Votação no dia 30

O texto vai à votação no próximo dia 30 no plenário da Câmara, onde ainda pode sofrer mudanças. Se aprovada, a proposta seguirá para análise do Senado, que não tem nem consenso e nem prazo para votar o tema. No Senado, no entanto, o governo articula reação imediata para barrar a PEC e votar, antes do dia 30, o aumento de três para oito anos da reclusão de menores.

Quem votou e como

Orientaram a favor da redução partidos como PMDB, PSDB, DEM, PR, PP e PTB. Foram contra PT, PSB, PPS, PDT e PCdoB. Segundo o relator Laerte Bessa (PR-DF), a população espera que adolescentes infratores, hoje já cientes "da ilicitude de seus atos" e ante da punição branda da legislação vigente, paguem penas proporcionais aos crimes "endêmicos" que praticam no país.

Longe dos adultos

O relatório prevê ainda que os maiores de 16 e menores de 18 anos devem cumprir penas em locais separados dos adultos, com objetivos voltados para a educação e a ressocialização. Junto à PEC foram apensadas 36 propostas tramitando na Casa. Foi aprovado também destaque do deputado Wewerton Rocha (PDT-MA) que aperfeiçoa a estrutura do sistema socioeducativo.

OPINIÃO DA GAZETA

Um passo além

▄ A redução da maioridade penal atende a um apelo da sociedade. Em abril, pesquisa do Datafolha mostrou que 87% dos brasileiros defendem a medida, o maior índice já registrado pelo instituto. A comissão da Câmara aprovou on-

tem a redução para crimes mais graves. Pode ser um passo para enfrentar a impunidade, mas não pode ser o único. Se o país não investir em educação, na formação do futuro, o resultado pode ser apenas a superlotação de presídios.

MAIORIDADE PENAL

O QUE ELES DIZEM



“A queda pura e simples para 16 anos não resolve a impunidade. A punição tem de ser para crimes hediondos sem prender jovens de 16 anos com adultos, o que seria mais escola de crime ainda”

PAULO FOLETTO (PSB)
DEPUTADO FEDERAL



“Reduzir a idade penal para hediondo ameniza, e não se poderá comparar esse criminoso com ladrão de galinha. O cidadão é emancipado, sabe de si e cumprirá a pena como um adulto”

CARLOS MANATO (SSD)
DEPUTADO FEDERAL



“Reduzir a 16 é piada. A sociedade não quer ser enganada. Estão na rua estuprando, matando, sequestrando, e são tratados como criança. Criança não confunde escopeta com chupeta”

MAGNO MALTA (PR)
SENADOR

Proposta divide bancada capixaba

Já ministro admite que sistema prisional não tem como receber os jovens julgados como adultos

▀ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Parlamentares federais capixabas se dividem na polêmica do momento. Os deputados Lelo Coimbra (PMDB), Paulo Foletto (PSB) e Carlos Manato (SSD) apoiam a redução da idade penal para 16 anos no caso de crimes hediondos. Já o deputado Evair de Melo (PV) defende o aumento de internação para menores. Mais radical, o senador Magno Malta (PR) quer que não haja idade mínima nenhuma como limite para punição penal no caso de crimes hediondos.

Enquanto isso, o deputado Sérgio Vidigal (PDT), único capixaba integrante da comissão especial que aprovou a proposta ontem, condena os trabalhos do grupo e diz que o problema no país não é a falta de lei, mas sim a impunidade. “Lamento a postura da nossa

mesa. Aprovamos 100 requerimentos de audiência pública, mas só 12 saíram”.

Segundo o pedetista, um menor custaria R\$ 8 mil por mês aos cofres públicos, e um preso adulto, R\$ 4 mil. Já a implantação da educação integral aumenta apenas R\$ 500 por mês no orçamento público para se investir em cidadania.

Autor de um dos vários votos em separado na reunião, Vidigal foi vencido junto a colegas que questionam a celeridade da tramitação e não veem a redução da idade penal como solução para combater a violência que assola o país. “Há entendimento de que a medida não afronta cláusula pétrea da Constituição ou qualquer tratado internacional de direitos humanos das crianças e dos adolescentes”, justificou o relator Laerte Bessa.

Para Magno, criança não confunde mamadeira com revólver. Ele só vê um lado positivo: é o debate que a pauta proporcionou aos parlamentares. “Crime he-

CONTRASTES

0,013%

dos 21 milhões de adolescentes tentou atos contra a vida: nem 1% dos crimes no país, diz Unicef.

21

votos a favor da redução da maioria penal, contra seis contrários na comissão da Câmara.

diondo independe da idade: vai pagar como adulto. Quem rouba relógio ou telefone não deve ser colocado dentro do sistema com quem estuprou e matou, mas o criminoso hediondo vai ter que responder”.

Já Lelo defende mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e concorda com o aumento de pena para crimes hediondos. Sua posição é consonante ao

projeto do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP). Segundo Foletto, cabe aos Poderes Executivo e Judiciário se prepararem para a transição de 18 para 16 anos como idade mínima para a responsabilização penal: “Não é uma decisão fácil e simples, ao contrário do que estão pensando”.

A proposta aprovada não menciona a necessidade de consultar o Ministério Público, ao contrário do que já pregaram senadores. Segundo a nova redação, União e Estados terão que criar os estabelecimentos para o cumprimento das penas, já que os maiores de 16 anos e menores de 18 anos ficarão em estabelecimento separado dos maiores de 18 e menores de 16.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, considerou a redução inconstitucional e admitiu que o sistema prisional brasileiro, hoje com déficit de 300 mil vagas, não tem condições de receber os jovens que seriam julgados como adultos.

O QUE ELES DIZEM



“Não é reduzindo a maioria que acaba a violência praticada por menor. Infelizmente, desde o começo a maioria dos membros da comissão já vieram com a decisão pronta”

SÉRGIO VIDIGAL (PDT)
DEPUTADO FEDERAL



“Voto contra reduzir a maioria. Tem é que aumentar o rigor da lei atual, fazer ajustes no ECA e ampliar o tempo de internação do jovem autor de crime hediondo. Haverá muita emenda”

EVAIR DE MELO (PV)
DEPUTADO FEDERAL



“Há um clima muito envenenado, e o sentimento de redução é muito forte, mas defendo ajustes no ECA e redução da idade penal só para crime hediondo”

LELO COIMBRA (PMDB)
DEPUTADO FEDERAL

Pai de vítima tentou projeto alternativo

LUCIO BERNARDO JR./CÂMARA DOS DEPUTADOS

▀ O pai de uma vítima de crime cometido por menor de idade foi ontem à Câmara defender exatamente que não se reduza a idade de responsabilização criminal no Brasil. Hoje vereador da cidade de São Paulo, Ari Friedenbach é pai da estudante Liana Friedenbach, assassinada e torturada ao 16 anos, juntamente com seu namorado Felipe Caffé pelo menor Champinha em 2003.

Convidado pelo deputado Sérgio Vidigal, Ari apresentou uma proposta alternativa em uma audiência pública na Comissão de Cultura, e depois acompanhou a votação que levou



Ari Friedenbach: filha Liana foi morta por adolescente

adiante o que combatia.

Para Ari, a redução da maioria penal não é solução para inibir e punir os

crimes cometidos por menores de 18 anos, e “só desloca a criminalidade para outra faixa etária, cada vez

mais cedo”. Ele achou a votação apressada.

O vereador sugere que o jovem infrator seja avaliado por uma junta de psiquiatras, juízes e psicólogos. Se for considerado que ele tinha consciência do crime que cometeu, responde pelo crime e será aplicada a pena equivalente a 1/3 ou 2/3 da aplicada nos crimes de maiores de idade.

Além disso, ele pediu agravamento da pena a maiores que usarem menores em delito. ONGs e autoridades presentes alertaram para consequências negativas de redução da maioria de penal.